

Frederico Valdez Pereira

DELAÇÃO PREMIADA

Legitimidade e Procedimento

**Aspectos Controvertidos do Instituto da
Colaboração Premiada de Coautor de Delitos
como Instrumento de Enfrentamento do
Crime Organizado**

**4ª Edição
Revista e Atualizada**

Curitiba
Juruá Editora
2019

Visite nossos sites na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: editora@jurua.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-85-362-9119-2

JURUÁ
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Pereira, Frederico Valdez.

P436 Delação premiada: legitimidade e procedimento./
Frederico Valdez Pereira./ 4ª edição./ Curitiba: Juruá,
2019.
302p.

1. Delação premiada. 2. Crime e criminosos. 3. Di-
reito penal. I. Título.

CDD 345.02(22.ed.)
CDU 344

600005

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	27
1 INTRODUÇÃO	29
2 NOÇÕES GERAIS E APROXIMAÇÃO CONCEITUAL	35
2.1 Direito Penal Premial.....	35
2.1.1 O auxílio da denominação para identificar os contornos do instituto. Primeiras noções sobre a natureza da colaboração premiada.....	39
2.1.2 Diferença entre arrependimento substantivo e arrependimento processual.....	45
2.2 Inspiração no Sistema Jurídico de <i>Common Law</i>	51
2.2.1 Assimilação meramente superficial com o <i>plea bargaining</i>	54
3 A COMPATIBILIZAÇÃO CONSTITUCIONAL DA DELAÇÃO PREMIADA.....	61
3.1 O Sistema Penal entre Eficiência e Garantias.....	61
3.1.1 A pendularização inerente à persecução penal	63
3.1.2 Tensão constitucional no tema da colaboração processual.....	67
3.2 Princípios Constitucionais Suscitados em Face dos Colaboradores	70
3.2.1 Direito à não autoincriminação (os colaboradores presos).....	71
3.2.2 O princípio da culpabilidade: proporcionalidade da pena à gravidade do delito	74
3.3 Princípios Constitucionais Suscitados em Face dos Delatados.....	80
3.3.1 A quebra de isonomia.....	80

3.3.2	A tutela dos inocentes: eficácia probatória da declaração dos <i>pentiti</i>	83
3.4	Os Custos a Assumir na Dinâmica Processual: a Suave Inquirição	85
3.5	Base Argumentativa Tendentemente Favorável à Colaboração	89
3.5.1	O fenômeno das “emergências investigativas”.....	89
3.5.1.1	O problema investigativo do crime organizado.....	90
3.5.1.2	Algumas balizas às opções estatais no reforço investi- gativo	93
3.5.2	A necessidade de tutela “suficiente”	96
3.5.2.1	Deveres estatais de proteção.....	97
3.6	O Tensionamento no Campo dos Princípios.....	103
3.7	O Recurso à Máxima da Proporcionalidade	105
3.7.1	O juízo de adequação	107
3.7.1.1	Adequação do recurso à colaboração premiada	110
3.7.2	O juízo de necessidade	115
3.7.2.1	A necessidade do recurso à colaboração premiada.....	117
3.7.3	Proporcionalidade em sentido estrito	121
3.7.3.1	Proporcionalidade em sentido estrito da colaboração pre- miada	122
3.8	Conclusões Parciais a Respeito da Compatibilização Constitucional da Colaboração Premiada.....	124
4	PROBLEMAS DE ORDEM PROCESSUAL. A APLICAÇÃO PRÁTI- CA DA COLABORAÇÃO PREMIADA	131
4.1	O Procedimento de Coleta da Colaboração	133
4.1.1	Evolução da noção de procedimento.....	133
4.1.2	A relevância do procedimento como direito fundamental.....	134
4.2	Pontos Relevantes no Procedimento da Colaboração Premiada.....	136
4.2.1	A lei aplicável.....	137
4.2.1.1	Ainda a lei aplicável. A intitulada “delação (colabora- ção) premiada unilateral” e a natureza do instituto pre- mial	140

4.2.2	A fase preliminar de admissibilidade da colaboração	147
4.2.2.1	A atuação do Ministério Público, do Defensor e do Delegado de Polícia	151
4.2.3	Concretização da colaboração na fase investigativa.....	159
4.2.4	Pressupostos legais da colaboração	167
4.2.5	Obrigações processuais do colaborador	169
4.2.6	O duplo problema da garantia aos colaboradores e da extensão do prêmio	173
4.2.6.1	Garantia aos colaboradores e o problema do descumprimento do acordo.....	173
4.2.6.2	Extensão do prêmio.....	179
4.2.7	A postura do juiz nos acordos de colaboração processual.....	183
4.2.8	Garantias processuais dos delatados.....	190
4.2.8.1	O direito de confrontar o colaborador	190
4.2.8.2	Acessibilidade endoprocessual da colaboração	192
4.3	Eficácia Probatória da Declaração dos Arrependidos.....	203
4.3.1	Feição atual da eficácia da delação no direito comparado.....	204
a)	O modelo anglo-saxão e princípio da oportunidade.....	205
b)	O direito italiano	208
c)	O direito espanhol	211
d)	O Tribunal Europeu de Direitos Humanos.....	213
4.3.2	Princípio da presunção de inocência: para além da dúvida razoável	216
4.3.3	Limites à livre apreciação da prova.....	220
4.3.4	Os limites aplicados à colaboração processual.....	221
4.4	Exigências para Atribuir Eficácia Probatória às Revelações do Colaborador.....	224
4.4.1	A especificidade do objeto	225
4.4.1.1	Meio de prova ou meio de obtenção da prova: apontamentos sobre abordagem do STF em relação à natureza da colaboração premiada	227
4.4.1.2	Depoimentos do colaborador em juízo: prova em sentido estrito ou indício.....	234
4.4.1.3	A posição do colaborador em juízo.....	238

4.4.2	Aferição interna: verificação da credibilidade subjetiva e possíveis efeitos das palavras de colaborador.....	241
4.4.3	Aferição externa: a avaliação da prova e os elementos de corroboração	246
4.4.3.1	A questão da <i>mutual corroboration</i> ou do valor probatório da colaboração cruzada. Ainda sobre a natureza dos dados corroborativos.....	257
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	277
	REFERÊNCIAS.....	281
	ÍNDICE REMISSIVO.....	291